

# DA UNIVERSIDADE CLÁSSICA À UNIVERSIDADE BRASILEIRA: APROXIMAÇÕES E DESDOBRAMENTOS

Luiz Carlos Luckmann\*  
Eliezer Emanuel Bernart\*\*

## Resumo

O presente texto traz para análise as aproximações e os desdobramentos entre dois modelos de universidade: o modelo clássico, gestado no contexto histórico e sociocultural europeu do início do século XIX, e o modelo brasileiro, criado nos anos 1920 e 1930 do século passado. O ideário da universidade clássica assenta-se nos pressupostos da modernidade, entre os quais, o humanismo secular, a racionalidade técnico-científica, os ideais iluministas da liberdade e da autonomia e a crença no poder da razão. Por sua vez, o ideário da universidade brasileiro ora se aproxima do marco conceitual assumido pela universidade clássica, em seu modelo francês-napoleônico, ora assume a concepção e princípios subjacentes à universidade clássica, em seu modelo alemão-humboldtiano. O estudo permitiu chegar a duas considerações finais: as características do modelo francês-napoleônico de universidade aproximam-se, claramente, das características do modelo brasileiro representado por universidades cujo escopo se reduz à missão de formar profissionais para o mercado de trabalho, como foi o caso da criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920; por sua vez, as características do modelo alemão-humboldtiano de universidade são encontradas no modelo brasileiro representado pela Universidade de São Paulo (1934), até hoje reconhecida como um modelo de universidade de pesquisa integrada ao ensino.

Palavras-chave: Modelo de universidade. Universidade clássica. Universidade brasileira.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O modelo clássico de universidade foi gestado no contexto histórico e sociocultural europeu do início do século XIX, à luz dos pressupostos da modernidade, cujo ideário se assentou em mudanças paradigmáticas, como o surgimento do capitalismo nacional; a substituição do pensamento medieval pelo humanismo secular e sua concepção de homem enquanto ser livre, racional e universal; a hegemonia da racionalidade científica sobre outras linguagens, como a teologia e a filosofia; a valorização dos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade; a visão linear de mundo alimentada na crença de que, pela racionalidade técnico-científica, seria alcançado o progresso definitivo da humanidade; a afirmação da liberdade individual, da sociedade civil e da democracia liberal; a crença no poder da razão como única e legítima fonte de autoridade; a autonomia do indivíduo e sua capacidade de autoemancipação e a defesa das liberdades individuais (LATHER, 1991).

Tais pressupostos configuraram o mundo ocidental e todas as suas instituições, incluindo a universidade. Esta, contudo, aderiu ao projeto da modernidade e de seus pressupostos somente no início do século XIX, em uma demonstração de resistência ao novo ideário por ela produzido (SANTOS FILHO, 1998). E o fez por dois modelos de universidade: o francês e o alemão, também chamados de modelo napoleônico e modelo humboldtiano de universidade. O modelo francês inspirou-se no pensamento de Condorcet, Saint-Simon e Comte. Sua referência histórica é a Universidade de Paris, criada em 1806. Já o modelo alemão se constituiu sob a influência do pensamento de Fichte, Shleiermacher e Humboldt. Sua referência histórica é a Universidade de Berlim, criada em 1810. Quais as características de cada um desses modelos? O que os diferencia? Que pressupostos tais modelos herdaram da modernidade? Que influências exerceram na criação dos modelos brasileiros de universidade? Essas são algumas questões objeto de maior atenção na análise.

\* Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Joaçaba; luiz.luckmann@unoesc.edu.br

\*\* Graduando do Curso de Engenharia da Computação na Universidade do Oeste de Santa Catarina; eliezer.bernat@gmail.com

## 2 O MODELO FRANCÊS DE UNIVERSIDADE

O modelo francês de universidade nasceu no contexto do capitalismo nacional da primeira metade do século XIX. Seu marco conceitual e institucional assenta-se nos pressupostos da modernidade, entre eles os processos de secularização, emancipação, autonomia e racionalidade, base da filosofia moderna. Segundo Goergen (2012, p. 150), “[...] na modernidade o homem se conscientiza de suas capacidades racionais para o desvendamento dos segredos da natureza, úteis na solução de seus problemas.” A universidade moderna foi uma dessas “capacidades racionais” empreendidas pelo Estado-Nação com o propósito de a ele servir como instituição formadora de quadros burocráticos. Descartes (apud LÜCKMANN, 2007, p. 26), fundador do racionalismo moderno e um dos inspiradores da universidade moderna,

[...] concebe o homem como sujeito emancipado e autônomo, universal e racional, capaz de progresso sem fim e de racionalidade secularizada; possui a capacidade de explicar e de dominar a realidade em proveito próprio; utiliza-se da ciência para dominar a natureza de forma neutra, impessoal e universal, pois o conhecimento possui caráter de objetividade, tendo a matemática como ciência-modelo, submetendo as demais aos seus parâmetros.

Foi a partir dessa concepção de ser humano que o modelo de universidade francês se constituiu. Possui como característica marcante a racionalidade técnico-científica e sua exaltação da razão como única dimensão capaz de atribuir sentido e significado à realidade. Assimila, portanto, os pressupostos da racionalidade moderna e organiza-se como instituição de ensino subordinada e a serviço do Estado. O Quadro 1 apresenta alguns pressupostos da modernidade e, na segunda coluna, como tais pressupostos se desdobram no modelo francês de universidade.

Quadro 1 – Pressupostos da modernidade *versus* modelo francês-napoleônico de universidade

<b>Pressupostos da modernidade</b>	<b>Desdobramentos no modelo francês de universidade</b>
Racionalidade positivista e instrumental: alimenta a crença na razão como um instrumento a serviço da produção material, da técnica e do saber aplicado.	Ampara-se nos pressupostos do pensamento cartesiano-iluminista e comteano-positivista, suportes da racionalidade técnica e instrumental, predominante na modernidade; rege-se pelos princípios do saber aplicado, da especialização do conhecimento, da burocracia e da rigidez organizacional; caracteriza-se como universidade da razão instrumental e do saber aplicado; modelo profissionalizante de universidade.
Humanismo secular: concebe o homem como indivíduo livre, racional e universal, capaz de progresso sem-fim e de racionalidade secularizada.	Cultiva os valores da supremacia do indivíduo e das liberdades individuais; desenvolveu-se como uma instituição laica, em oposição à metafísica, à autoridade medieval e aos dogmas da religião e da teologia.
O Estado como categoria fundante.	Concebida enquanto corporação de Estado, cabendo-lhe orientá-la em seus valores, concepções e fins; formação generalista; é do Estado a prerrogativa de criar e manter a universidade como corporação a ele subordinada; caracteriza-se como universidade de ensino, com o objetivo de formação de mão de obra para o mercado de trabalho.
Ideologia do capitalismo nacional: movimento histórico-político sustentado no pressuposto de que, com o suporte dos estados nacionais, o capitalismo seria o modo de produção mais apropriado para a sociedade de então por garantir o progresso para a humanidade.	Caracteriza-se como universidade orientada para os valores, fins e objetivos do mercado; criada para responder às necessidades do emergente mundo capitalista de então, com a missão de formar as elites políticas, a burocracia governamental e a mão de obra para a indústria; voltada para a profissionalização exatamente para atender ao mercado; cultura bacharelesca de universidade.

Fonte: Lückmann (2007, p. 28-29).

A universidade francesa adotou modelo organizacional estruturado em escolas isoladas de cunho profissionalizante, com forte centralização estatal, objetivando formar profissionais para o próprio Estado. Segundo Paula

(2002, p. 152), “[...] no modelo francês, a pesquisa não é tarefa primordial da universidade, havendo dissociação entre universidades que se dedicam fundamentalmente ao ensino e ‘grandes escolas’, voltadas para a pesquisa e a formação profissional de alto nível.” Sua missão não contempla a pesquisa. É um modelo mantido e dirigido pelo Estado voltado para a formação especializada e profissionalizante.

O modelo consolidou-se enquanto organização preocupada com as questões nacionais. Acima de tudo se colocavam a afirmação da nacionalidade e os interesses do Estado francês. Observa-se, portanto, haver uma concepção pragmática de universidade “[...] voltada para os problemas econômicos, políticos e sociais emergentes [...]” (PAULA, 2002, p. 152).

O caráter institucional laico conferido à universidade francesa colocou-a em oposição à autoridade medieval, representada pela Igreja e seus dogmas. Sai das mãos da Igreja e passa às mãos do Estado, tornando-se uma espécie de aparelho ideológico a serviço deste e da *intelligentia* francesa (PAULA, 2002, p. 152). O homem moderno “[...] acredita, portanto, na possibilidade de substituir a cultura teocêntrico/metafísica medieval, vinculada tanto à verdade revelada quanto à autoridade da Igreja, por uma cultura antropocêntrica e secular.” (GOERGEN, 2012, p. 151).

Essas características, somadas a outras comumente analisadas (o corporativismo, a formação profissionalizante, o ensino padronizado e dissociado da pesquisa, o vínculo dos intelectuais com a ideologia do Estado, o isolamento das faculdades e o centralismo e controle estatal), não são exclusivas ao modelo francês-napoleônico de universidade. Embora tardiamente, a universidade brasileira herda muitas dessas características, como se analisará mais adiante.

### 3 O MODELO ALEMÃO DE UNIVERSIDADE

O modelo alemão de universidade possui como referência a Universidade de Berlim, criada em 1810. Como o modelo francês, a universidade alemã nasceu no contexto da formação do capitalismo nacional e do Estado-Nação, à luz dos pressupostos da modernidade. Para Goergen (2000, p. 13), “[...] a proposta da Universidade de Berlim foi uma forma de instrumentalizar e operacionalizar o projeto idealista filosófico moderno”, pensado inicialmente por Hegel e levado a cabo por pensadores, como Fichte, Schelling, Scheleiermacher e os filólogos Wolf e Humboldt. Coube a Humboldt pensar o arcabouço conceitual e institucional da universidade alemã.

Como se sabe, o idealismo alemão trouxe grande contribuição às questões da autonomia e da emancipação do ser humano, bem como ao direito e ao exercício da liberdade. O postulado da autonomia está presente na própria concepção e organização da universidade alemã: “[...] a autonomia do professor para pensar e investigar; a autonomia do estudante para estudar e escolher o que estudar; e a autonomia da própria instituição em relação ao Estado para se autogovernar.” (SANTOS FILHO, 1998, p. 55).

Outro postulado a compor o marco conceitual da universidade alemã é a liberdade acadêmica, tanto do professor para pesquisar e ensinar quanto do estudante para aprender. Segundo Neves (2011, p. 191):

Uma característica particular do ensino superior proposto era o grau de liberdade dado aos estudantes para sua formação. Não havia um currículo com disciplinas previamente estabelecidas e que devessem ser realizadas para a conclusão do curso, ficando portanto a critério dos alunos a escolha das disciplinas para sua formação.

A unidade entre pesquisa e ensino constituiu outro princípio norteador da universidade alemã. Para alcançá-lo, transformou-se em uma comunidade de mestres e estudantes em busca do conhecimento de forma autônoma e desinteressada. Segundo Paula (2009, p. 75), a universidade clássica alemã apresenta as seguintes características:

A preocupação fundamental com a pesquisa e com a unidade entre ensino e investigação científica; ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional; autonomia relativa da universidade diante do Estado e dos poderes políticos; concepção idealista e não pragmática de universidade, em detrimento da concepção de universidade como prestadora de serviços ao mercado e à sociedade; fraco vínculo entre intelectuais e poder político, ou seja, ligação não imediata entre *intelligentzia* e poder; concepção liberal e elitista de universidade; estreita ligação entre a formação das elites dirigentes e a questão da nacionalidade.

Tais características, além de constituírem o projeto pedagógico da universidade alemã, têm servido de referência para a universidade contemporânea que, ainda hoje, reivindica postulados, como a autonomia universitária, a unidade entre ensino e pesquisa, a ideia de interdisciplinaridade e a integração dos pesquisadores e do próprio conhecimento.

A análise apresentada até aqui contrapôs dois modelos de universidade claramente distintos, embora gerados no seio da mesma modernidade. Mais tarde, na primeira metade do século XX, tais modelos são transpostos para o Brasil. O modelo alemão-humboldtiano de universidade teve desdobramentos sobre a experiência da criação da Universidade de São Paulo, na década de 1930. Já o modelo francês-napoleônico profissionalizante de universidade inspirou a criação da Universidade do Rio de Janeiro, como será visto a seguir.

## 4 OS MODELOS BRASILEIROS DE UNIVERSIDADE

Existe um modelo único de universidade brasileira ou pode-se falar em ‘modelos’ de universidade? Para entrar nessa questão, é preciso, inicialmente, conhecer, mesmo que brevemente, como ocorreu a trajetória histórica da institucionalização da universidade brasileira, para, em um segundo momento, analisar alguns de seus elementos.

A hipótese que estará norteando a análise se alicerça na ideia de que o modelo de universidade brasileira foi se constituindo, ao longo de sua história, ora sob a influência do modelo francês, ora sob a influência do modelo alemão e ora sob a influência do modelo norte-americano de universidade, razão pela qual se pode dizer, desde já, que no Brasil não há um modelo único de universidade.

### 4.1 AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

A universidade brasileira, comparativamente à universidade europeia e hispano-americana, é tardia. A história registra algumas tentativas de sua criação no período do Império, ainda no século XIX, mas todas fracassaram. Sem a sua presença, o ensino superior era abrigado em escolas superiores isoladas, de caráter profissionalizante, destinadas a atender carreiras de Estado, como Direito, Engenharia e Medicina. Escondia, em seus objetivos, interesses elitistas, abortando iniciativas que pudessem resultar em uma universidade adequada a um projeto de desenvolvimento de país.

A primeira universidade brasileira criada pelo Governo Federal foi a Universidade do Rio de Janeiro, instituída pelo Decreto n. 14.343, de 1920. Resultou da justaposição de três faculdades preexistentes, sem preocupação com um projeto integrador de universidade. É fruto do debate liderado pela Academia Brasileira de Educação (ABE) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), iniciado nos anos 1920.

Nesse debate, entre outras questões, estavam em jogo duas posições políticas distintas: os que defendiam uma universidade com a função de desenvolver (além do ensino profissionalizante) a pesquisa científica e os que defendiam uma universidade com a função preponderante de formar profissionais (FÁVERO, 2006, p. 22). Acabou vencendo a segunda posição. A Universidade do Rio de Janeiro acabou incorporando o modelo napoleônico de universidade, “[...] caracterizado por escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal.” (PAULA, 2002, p. 156).

Nos anos 1930, assistimos à outra tentativa de institucionalização da universidade brasileira, aquela concebida nas reformas de ensino lideradas por Francisco Campos, cujo escopo trazia a ideia de “[...] adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho.” (FÁVERO, 2006, p. 23). Com esse propósito, em 1931, o Governo cria o Conselho Federal de Educação, decreta o Estatuto das Universidades Brasileiras e reorganiza a Universidade do Rio de Janeiro.

O alto grau de centralização e o controle estatal sobre a universidade foi uma das características do modelo napoleônico. No Brasil, essa característica está presente no texto da Reforma Francisco Campos e na instituição do Estatuto das Universidades Brasileiras, ambos de 1931 (PAULA, 2002, p. 158). O controle foi mais contundente na Universidade do Rio de Janeiro.

Ainda na década de 1930, outras duas iniciativas foram tomadas: a criação da Universidade de São Paulo (em 1934) e a da Universidade do Distrito Federal (em 1935). O Decreto que criou a USP estabelece, entre suas finalidades, a de promover, pela pesquisa, o progresso da ciência (Decreto n. 6.283/34, art. 2º), assumindo em seu marco conceitual o ideário de universidade consagrado pelo modelo de universidade alemão-humboldtiano.

Por sua vez, a Universidade do Distrito Federal, apesar de criada no contexto centralizador e autoritário do Estado Novo, foi pensada e concebida pela intelectualidade da Associação Brasileira de Educação (ABE) como instituição autônoma e lócus da produção da pesquisa e da cultura, o que lhe assegurou uma configuração totalmente diferente de outras universidades.

Para Fávero (2006, p. 25), “[...] apesar de ter existido por período inferior a quatro anos, essa instituição marcou significativamente a história da universidade no país, pela forma criadora e inovações com que a experiência se desenvolveu.” Como assegurar o exercício da liberdade e a autonomia de uma universidade em pleno Estado Novo? Tal experiência não poderia durar por muitos anos. Anísio Teixeira foi afastado de suas funções públicas e, com ele, demais intelectuais que estavam à frente da Instituição. Em 1939, a Universidade do Distrito Federal é extinta e seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil, criada em 1937 para ser a universidade federal ‘modelo’ para o país.

Com o fim do Estado Novo (1945), acelerou-se o processo de democratização do país, culminando com a Constituição de 1946. A Universidade do Brasil beneficiou-se com esse processo e alcançou, por Decreto-Lei, a autonomia universitária. Contudo, essa autonomia não se efetivou. Apesar de todos os esforços empreendidos entre 1935 e 1945, a universidade brasileira não chegou a concretizar plenamente a experiência de ser o lócus da pesquisa livre e desinteressada, apregoada pelo modelo alemão-humboldtiano de universidade.

No contexto do modelo desenvolvimentista de Estado e do embalo da industrialização dos anos 1950, a discussão em torno da universidade brasileira reaparece quando da proposição de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Temas como a questão da escola pública *versus* escola privada e o papel da universidade com a nova realidade brasileira colocavam, de um lado, progressistas, de outro, liberais. Esse movimento resultou na criação da Universidade de Brasília, em 1961. Para Fávero (2006, p. 29), “[...] a UnB surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30.”

## 4.2 A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968

A Reforma Universitária de 1968 se processou no contexto sociopolítico e econômico pós-1964, impulsionada pela crise da universidade em escala mundial, especialmente a universidade europeia. Seguiu orientação técnica e política de três documentos básicos encomendados pelos militares e elaborados em parceria com organismos multilaterais: MEC/USAID (1965); Plano Atcon (1966) e o Relatório da Comissão Meira Mattos (1968). Tais documentos, segundo Zandavalli (2009, p. 385),

[...] demonstram que as políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas para a educação superior, nas últimas décadas, foram traçadas inicialmente nos anos de 1960, sob a influência do Banco Mundial, em nome da “modernização” das universidades e o alinhamento entre as bases políticas e econômicas do Estado brasileiro e as necessidades do sistema capitalista.

A Reforma Universitária de 1968 teve, portanto, o objetivo de adequar o ensino superior e sua estrutura à nova realidade socioeconômica imposta pelo mercado global, sob a orientação de organismos multilaterais (SGUIS-SARDI, 2009). A reforma atingiu, em cheio, a estrutura administrativa da universidade, institucionalizando a carreira acadêmica, abolindo o sistema de cátedras e introduzindo a estrutura departamental e o regime de créditos, em uma clara adesão ao modelo norte-americano de universidade pautado nos princípios da eficiência e da produtividade, defendidos na proposta do Plano Atcon.

Com a Reforma de 1968, a educação superior passou, portanto, a desempenhar papel estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico do país, em seu modelo ‘desenvolvimentista’. Para isso, era necessário não apenas reformar a universidade brasileira em termos de estrutura, mas também expandir o ensino superior pelo setor privado

(MARTINS, 2009), uma das recomendações dos organismos multilaterais que se intensificou, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990. O objetivo era expandir o acesso ao ensino superior, porém, com o menor custo financeiro possível.

A partir da Reforma de 1968, portanto, saíram de cena os modelos alemão e francês de universidade e entrou em cena o modelo norte-americano. Segundo Paula (2002, p. 159):

A Lei 5540, responsável pela Reforma de 1968, incorpora várias características da concepção universitária norte-americana, a saber: a) vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho; b) estímulo às parcerias entre universidade e setor produtivo; c) instituição do vestibular unificado, do ciclo básico ou primeiro ciclo geral, dos cursos de curta duração, do regime de créditos e matrícula por disciplinas, todas estas medidas visando uma maior racionalização para as universidades; d) fim da cátedra e a instituição do sistema departamental; e) criação da carreira docente aberta e do regime de dedicação exclusiva; f) expansão do ensino superior, através da ampliação do número de vagas nas universidades públicas e da proliferação de instituições privadas, o que provocou uma massificação desse nível de ensino; g) a ideia moderna de extensão universitária; h) ênfase nas dimensões técnica e administrativa do processo de reformulação da educação superior, no sentido da despolitização da mesma.

A Reforma de 1968 propunha a criação de um modelo de universidade alicerçado na integração entre ensino, pesquisa e extensão. De um lado, incentivava o ensino de caráter técnico-profissionalizante; de outro, desejava desenvolver pesquisas e serviços de interesse da indústria. Na prática, obteve resultados razoáveis apenas na ampliação da oferta de ensino, de forma a suprir as necessidades da indústria e do próprio Estado. Em uma década (entre 1960 e 1970), o número de matrículas saltou de 101.691 para 430.473, representando 323% de aumento. Na década de 1970, esse aumento foi de 205%, passando de 430.473 para 1.311.799 (MACIEL; DOURADO; FARIA, 2013). Chauí (1999, p. 220) nomeia esse modelo como *universidade funcional*, cujo objetivo foi massificar o ensino superior por meio da abertura indiscriminada de cursos superiores. Portanto, uma universidade “[...] voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho.”

#### 4.3 O MODELO OPERACIONAL DE UNIVERSIDADE

O termo “operacional” foi utilizado por Chauí (1999) para analisar a universidade brasileira nos anos 1990, à luz das “políticas de ajustes” impostas por organismos multilaterais, entre eles, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional. Que políticas de ajustes são essas? São políticas adotadas a partir da Reforma do Estado brasileiro, uma delas, a de transformar a universidade em uma organização prestadora de serviços não exclusivos ao Estado. Tem como documento orientador o *Consenso de Washington*, de 1989. O escopo do *Consenso* centra-se na ideia de que, para se reduzir o déficit fiscal dos países em desenvolvimento, seria imperioso reformar o Estado, substituindo-se o Estado do bem-estar social pelo Estado mínimo. Para Sguissardi (2009, p. 113), essa política multilateral levou ao “[...] constante e crescente retrocesso do Estado keynesiano e do bem-estar e sua gradativa substituição pelas políticas econômicas e sociais de Estado típicas das várias correntes neoliberais.”

Segundo Chauí (1999, p. 217, grifo do autor) “[...] a universidade sempre foi uma *instituição social*, isto é, uma *ação social*, uma *prática social* fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições [...]” Passa, agora, a ser uma *organização* administrada com base nos princípios da tecnocracia, da racionalidade e da eficiência. Para a autora, “[...] uma *organização* difere de uma instituição por definir-se por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular.” (CHAUÍ, 1999, p. 218). A universidade operacional é administrada por contratos de gestão e avaliada pela produtividade. Ajusta-se à lógica instaurada pela globalização neoliberal.

Para Sousa Santos (2011, p. 4),

Nos últimos trinta anos, o mercado assumiu o controle na estruturação da vida universitária. Em poucas décadas, a universidade deixou apenas de produzir conhecimento e profissionais para o mercado, para se tornar ela própria um mercado, o mercado da educação terciária, e finalmente, pelo menos de acordo com visionários poderosos, para passar a ser gerida como uma organização de mercado, uma organização comercial.

Em documento publicado pelo Banco Mundial (2000, p. 13), intitulado *A educação superior nos países em desenvolvimento: perigos e promessas*, esse organismo recomenda que os países em desenvolvimento implantem sistemas de educação superior que contemplem a coexistência competitiva entre universidades (estas com centros de excelência em ensino e pesquisa) e outros formatos institucionais de ensino superior (estes para formar profissionais ao mercado de trabalho). Tal recomendação, consagrada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), implicou a falência do denominado *modelo único* de universidade, instaurado na Ditadura Militar.

Tal política adotada pelo Estado nos anos 1990

[...] exige que cada universidade redefina sua identidade e redimensione sua missão, para que, na lógica da diversidade e da diferenciação institucional, possa assumir outras competências que não as tradicionalmente assumidas e, assim, responder às novas demandas e exigências do setor produtivo e do mercado de trabalho. (LÜCKMANN, 2007, p. 48).

Como desdobramentos, assistiu-se a uma desenfreada expansão do ensino superior privado com fins lucrativos que vem se estendendo desde os anos 1990 até os dias de hoje. Na prática, observa-se o recuo do Estado em matéria de educação pública como direito social inalienável, a redução da educação à condição de mercadoria e de serviço e a subordinação das universidades à lógica do mercado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do presente estudo podem-se inferir algumas considerações. A primeira delas permite observar que as características do modelo francês-napoleônico de universidade se aproximam, claramente, das características do modelo brasileiro representado por universidades cujo escopo se reduz à missão de formar profissionais para o mercado de trabalho. A Universidade do Rio de Janeiro foi criada em 1930 com esse propósito. Anos mais tarde, o modelo se consubstancia em outros formatos, como o adotado pelo país nos anos 1990, à luz das recomendações de organismos multilaterais, com o objetivo de intensificar o acesso ao ensino superior, como forma de suprir novas demandas do mercado de trabalho.

Por sua vez, as características do modelo alemão-humboldtiano de universidade são encontradas no modelo brasileiro representado por universidades cuja missão é integrar a pesquisa ao ensino, como é o caso da Universidade de São Paulo, criada em 1934, em que o modelo vem sendo perseguido desde os anos 1960, quando a universidade brasileira se aproximou do modelo norte-americano de universidade.

A experiência empreendida até o presente momento mostra que a universidade brasileira, além de ser tardia e de ter se aproximado de modelos externos, não segue um modelo único de universidade. Melhor se falar em modelos múltiplos de universidades.

### ***From the classical university to the brazilian university: approaches and developments***

#### *Abstract*

*This paper brings to an analysis the approaches and outcomes between two university models: the classical model of university, conceived in European historical and sociocultural context of the early nineteenth century, and the Brazilian model of university, created in the 1920's and 30's. The ideals of classical university is based on the assumptions of modernity, including, secular humanism, the scientific-technical rationality, enlightenment ideals of freedom and autonomy and the belief in the power of reason. In turn, the ideology of the Brazilian university sometimes approaches the conceptual framework assumed by the classical university in his French-Napoleonic model, sometimes takes the concept and underlying principles of classical university in his German-Humboldtian model. The study has reached two final considerations: the characteristics of the French-Napoleonic university model approach, clearly, to the characteristics of the Brazilian model represented by universities whose scope is reduced to the mission of training professionals for the labor market,*

*as the case of the creation of the University of Rio de Janeiro, in 1920; in turn, the characteristics of the German model-Humboldtian university are found in the Brazilian model represented by the University of São Paulo (1934), nowadays recognized as an university model of integrated education research.*

*Keywords: University model. Classic University. Brazilian university.*

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **A educação superior nos países em desenvolvimento**: perigos e promessas. 2000.

BRASIL. Decreto n. 6.283/34, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, 1934. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/225246/decreto-6283-34>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2013.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: CHAUÍ, M. **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 1999.

FÁVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

GOERGEN, P. A crise de identidade da universidade moderna. In: SANTOS F. O. J. C.; MORAES, S. (Org.). **Escola e universidade na pós-modernidade**. Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: Fapesp. 2000.

GOERGEN, P. O embate modernidade/pós-modernidade e seu impacto sobre a teoria e a prática educacionais. **Ecocos Rev. Cient.**, São Paulo, n. 28, p. 149-169, maio/ago. 2012.

LATHER, P. **Getting smart**: feminist research and pedagogy with/in in the postmodern. London: Routledge, 1991.

LÜCKMANN, L. C. **Pressupostos da modernidade e a universidade brasileira**: um novo marco conceitual para a Universidade do Oeste de Santa Catarina. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2007.

MACIEL, W. K. dos S. M.; DOURADO, R. C.; FARIA, T. A. Principais resultados do censo 2012. In: ENCONTRO NACIONAL DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3., 2013, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2013.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

NEVES, C. E. B. Reforma e desafios da educação superior: o processo de Bolonha dez anos depois. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, p. 181-207, 2011.

PAULA, M. de F. C. de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 71-84, mar. 2009.

PAULA, M. de F. C. de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social Rev. Sociol.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 147-161, out. 2002.

SANTOS FILHO, J. C. Universidade, modernidade e pós-modernidade. **Educação Brasileira**, Brasília, DF, v. 20, n. 40, p. 41-72, jan./jul. 1998.

SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no Século XXI**: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, B. S. A encruzilhada da universidade europeia. **Revista Ensino Superior**, n. 41, 2011.

ZANDAVALLI, C. B. Avaliação da educação superior: os antecedentes históricos dos SINAES. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 385-438, jul. 2009.

